

“QUE ESTE LIVRO POSSA LATIR!”
A COSMOPOLÍTICA DOS ANIMAIS E A
ARTE DE FILOSOFAR COM HISTÓRIAS
(DOS) ANIMAIS

“¡QUE ESTE LIBRO PUEDA LADRAR!”:
A COSMOPOLÍTICA DOS ANIMAIS Y EL ARTE DE FILOSOFAR
CON HISTORIAS (DE LOS) ANIMALES

“MAY THIS BOOK BE ABLE TO BARK!”:
A COSMOPOLÍTICA DOS ANIMAIS AND THE ART OF PHILOSOPHIZING
WITH ANIMAL('S) STORIES

Fecha de envío: 13 de enero de 2021

Fecha de aceptación: 11 de mayo de 2021

Maurício Fernando Pitta

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (Brasil), Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (Brasil).

Email: mauriciopitta@hotmail.com

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



Esta resenha trata do novo livro de Juliana Fausto, *A cosmopolítica dos animais*, recém-publicado pela editora brasileira n-1 em conjunto com a editora Hedra. Entremeando histórias, filosofia, etologia, antropologia e ciências biológicas, a autora elabora uma série de definições para “política” que estão além do escopo reducionista da filosofia política antropocêntrica dos cânones. Tais definições explicitam vínculos relevantes entre cosmopolítica e animalidade e exploram, em diálogo com autores como Donna Haraway, Lynn Margulis, Paul B. Preciado e Vinciane Despret, outras possibilidades de se engajar teoricamente com os próprios animais.

Palavras-chave: Animalismos, Antropoceno, filosofia política, Juliana Fausto.

Esta reseña trata del nuevo libro de Juliana Fausto, *A cosmopolítica dos animais* (“La cosmopolítica de los animales”), recientemente publicado por la editora brasileña n-1, junto con la editora Hedra. Entremezclando historias, filosofía, etología, antropología y ciencias biológicas, la autora elabora una serie de definiciones de “política” que van más allá del alcance reduccionista de la filosofía política antropocéntrica canónica. Estas definiciones hacen explícitos los lazos relevantes entre cosmopolítica y animalidad, a la vez que exploran, en diálogo con autores como Donna Haraway, Lynn Margulis, Paul B. Preciado y Vinciane Despret, otras posibilidades de relacionarse teóricamente con los propios animales.

Palabras clave: Animalismos, Antropoceno, filosofía política, Juliana Fausto.

The present review discusses Juliana Fausto’s new book, *A cosmopolítica dos animais* (“The Cosmopolitics of Animals”), recently published by Brazilian publishers n-1 and Hedra. Intertwining stories, philosophy, ethology, anthropology and biological sciences, the author elaborates a series of definitions for “politics” that go well beyond the reductionist scope of the anthropocentric political philosophy of the canons. Those definitions explain relevant connections between cosmopolitics and animality, and explore, in dialogue with authors such as Donna Haraway, Lynn Margulis, Paul B. Preciado and Vinciane Despret, other possibilities for theoretically engaging with the animals themselves.

Keywords: Animalisms, Anthropocene, political philosophy, Juliana Fausto.

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



Juliana Fausto (2020). *A cosmopolítica dos animais*. São Paulo: n-1 Edições; Hedra, 346 pp. ISBN: 978-65-86941-15-9

Donna Haraway filosofa por histórias. Contando histórias. Histórias menores, que subvertem e embaralham as Grandes Narrativas e que, ao estimular parentescos estranhos, impróprios e inapropriáveis, potencializa pensamentos-práticas e alianças entre diferentes, sem, com isso, recair na contação de estorinhas sem fundo, sem efeitos ou implicações políticas, práticas e materiais. Com toda a certeza, o mesmo pode ser dito de Juliana Fausto, que, em seu livro, *A cosmopolítica dos animais* (2020), publicado recentemente pela n-1 em conjunto com a editora Hedra, pensa e faz através das e com as narrativas dos pequenos, das minoridades, daqueles que, embora relegados pela História senhorial, branca, ocidental e antrópica à condição de autômatos sem *lógos*, se exprimem e fazem seus próprios mundos. É com eles que Fausto embaralha a *différance*²⁵² bestial, que no português, toma forma com termos como história e estória, caso e causo, numa “diferOnça”²⁵³ a partir da indiscernibilidade entre a mordida e a mordiscada (*the bite and the nip*), o combate e a brincadeira, a filosofia e o latido.

Aristóteles foi quicá o primeiro a opor conceitualmente o humano detentor de discurso, o *zoon lógon ekhon*, e o vivente sem fala — e sem mundo —, o *zoon alógon*. De Aristóteles a Giorgio Agamben, passando por René Descartes e Martin Heidegger, com exceção de raros casos (como Diógenes, o filósofo-cão), a filosofia do Ocidente, a saber, a filosofia antropocêntrica do Jesus de rosto ariano, relegou o animal à zona de indiferença de um vivente desqualificado, denegado, sem fala e que, apesar de possuir *phoné* (“voz”) é tido como um “in-fante”, um “sem voz” e, portanto, animal a ser tutelado e dominado “para seu próprio bem” (de quem?).

Filósofas como Fausto, Haraway, Vinciane Despret ou Isabelle Stengers —sem contar as escritoras feministas de *Science Fiction*, como Ursula Le Guin e Octavia Butler—, subvertem e plurificam as possibilidades e potencialidades da filosofia, transformando-a em uma prática vital, simbiogênica, que se faz por histórias e que, sendo assim, não representa ou toma a voz dos pequenos, dos *critters*, mas se produz com eles e *diant*e deles, como afirma Gilles Deleuze, citado por Fausto. Filósofas como Fausto ou Haraway fazem com a filosofia o que fizeram primatólogas como Jane Goodall ou Dian Fossey ao sair do gabinete e observar primatas *on site* a partir de uma perspectiva outra, marcadamente feminina, causando uma verdadeira virada na primatologia, tornando a

²⁵² Famoso conceito de Jacques Derrida (1982), homófono do termo francês *différence*, “diferença” — como no caso das palavras “história” e “estória”, no português. Derrida se utiliza deste termo para evidenciar como distinções da linguagem escrita se embaralham na oralidade e como o sentido “final” de cada conceito sempre escapa, sempre difere (no sentido de ser adiado, espacial e temporalmente), não sendo nunca capturável em sua totalidade.

²⁵³ Brincadeira do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro com o conceito de *différance*, deslocando a polissemia derrideana “diferir-adiar (temporar) e diferir-separar (espaçar)” a partir “do duplo movimento de diferir-absorver próprio do canibalismo [ameríndio]: diferir como alterar-se pela incorporação do outro” (Viveiros de Castro, 2018, p. 14).

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

disciplina, como diz Haraway citada por Fausto (2020, p. 127), “um gênero da teoria feminista”. Se a filosofia passou a se resguardar na torre de marfim dos eventos acadêmicos, dos artigos lidos apenas por pares especializados, das teses exegéticas no formato “conceito x no autor y”, o livro de filosofias de Fausto, subversivo em excesso produtivo com relação ao jeito “maior” de se fazer filosofia, expira um sopro de vida (animal) nos livros humanos, demasiado humanos, que acumulam poeira na estante da sala.

A tese do livro de Fausto é aparentemente simples: a política é um território em disputa. Apesar das origens antropocêntricas da filosofia política ocidental (Platão e seus pastores contra lobos antropófagos, Aristóteles e a comunidade fundada na *philia* exclusivamente humana), a política pode ser e, no mais das vezes o é, animal. Mas a tese se complica na mesma medida em que a política antrópica e canônica deixa seu caráter monolítico e se dissolve também em problemas como os seguintes: o que está implicado no ato de insistir e disputar o terreno da *pólis*, ao invés de abdicar dele em razão de sua origem senhorial e colonial? O que acontece com a política quando percebemos que seu sentido próprio se dilata para além não apenas dos campos da representação e das classes sociais, mas também para além do escopo da espécie? O que os animais têm a nos dizer quando deixamos de lado a presunção de interpelá-los como instrumentos, objetos, estandartes de redes sociais ou filhos edipianos para, enfim, nos engajarmos com eles politicamente, isto é, *responsável* e *responsivamente* (com todos os harmônicos que o termo “responsabilidade” carrega, incluindo a habilidade de responder perante o outro)?

Há uma multiplicidade de jeitos de se dizer “política” quando visto pelo prisma dos mundos e mundificações (*worldings*) animais, cada qual interligado a uma forma de narrar, a um conteúdo narrativo e a um contexto a partir do qual se narra, bem como às vezes que acompanham a narrativa e a seus arranjos materiais e simbióticos. A depender de tudo isso, a política pode ser: “um modo de intra-ação do qual resultam não apenas sujeitos, mas espaços coabitados” (Fausto, 2020, p. 100); “arriscar-se em arranjos provisórios” (p. 101); “a saúde do instinto” (p. 182-3); “um jogo ou uma brincadeira não inocente que diz respeito à diferença entre *fair play* e *bullying*” e “habitar o perigo de que esta brincadeira se torne combate” (p. 183); “a arte de criar saídas”, “fabular diante de e com povos menores” e “inventar famílias e comunidades monstruosas” (p. 263); “o desejo da vida, em suas aventuras e experiências de diferença, mistura, morte, descontinuidade e continuidade” (p. 318). Essas e uma pletora de outras definições, todas articuladas entre si apesar de sua heterogeneidade, são trazidas por Fausto como se a autora construísse meticulosamente melodias em ressonância com o clássico *What is life?*, de Lynn Margulis e Dorian Sagan (2000), livro que trazia, ao final de cada capítulo, definições diferentes e desviantes do que é vida. Se Margulis e Sagan se perguntavam sobre o que é a vida, Fausto segue seus passos e questiona: *que tipos de política faz a vida?*

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

Em seu primeiro capítulo, *Errantes*, Fausto, reafirmando sua perspectiva situada, conta a história de como veio a “adotar” Nausicaa, Bruxo e, posteriormente, Batatinha, três gatos que convivem com ela e seu companheiro humano, Marco Antonio, em Curitiba, no sul do Brasil. A narrativa é entremeada com reflexões sobre a condição política dos gatos errantes nas cidades grandes e particularmente em Curitiba. Nota-se que utilizo aspas no verbo “adotar”, pois a autora, quando não rejeita, no mínimo levanta suspeita no livro quanto a termos como “adoção” e “resgate”, dado que pressupõem uma tutela condescendente entre o humano e os “resgatos”. Não à toa, e contra esses termos, Fausto levanta a questão de se pensar nos animais errantes das grandes cidades como *refugiados políticos*, questionamento que leva ao que eu considero ser o ponto alto do capítulo: o confronto com a conceituação agambeniana da “vida nua” e sua exclusão peremptória de animais outros que humanos do domínio da política.

Em um trecho de uma troca de *e-mails*, datado de 12 de maio de 2013, entre Fausto e Giorgio Agamben, autor do projeto *Homo sacer*, a filósofa pergunta se seria possível falar sobre uma vida nua dos animais, aproveitando do conceito, delineado pelo filósofo italiano, de alguém capturado em uma zona de indistinção entre humanidade qualificada e política e animalidade instrumental e econômica, bem como entre a sacralidade e a matabilidade. Agamben replica que seria possível sim, *da perspectiva da autora*, que se falasse em política *se, e somente se* a discussão fosse visada apenas a partir da aplicação unilateral do poder político *sobre* os animais; “mas não existe uma vida política dos animais, então, nesse sentido, a vida nua não parece possível para eles” (Agamben apud Fausto, 2020, p. 50).

Fausto mostra como essa pressuposição agambeniana de que os animais extra-humanos estariam tão somente sujeitados ao poder, mudos diante da decisão do *lógos* humano, está tão disseminada na filosofia ocidental canônica ao ponto de se confundir com sua própria aurora: desde ao menos Platão, a filosofia sempre se constituiu sobre aquilo que a filósofa ecofeminista Val Plumwood chamou de “política da lógica do senhor” (Fausto, 2020, p. 65), em que uma série de dualismos hierárquicos emergem a partir da distinção basal e denegativa entre *lógos* e *physis*, razão ou linguagem (e seus detentores) e natureza (isto é, os excluídos do *lógos*): “racismo, sexismo, especismo, colonialismo, etnocentrismo e antropocentrismo seriam, desse modo, todos derivações de um mesmo corte fundamental, aquele que separa razão e natureza, elevando a primeira sobre a segunda e denegando o caráter político dessa relação” (p. 68).

Com o segundo capítulo, *Confinados*, Fausto explicita de que forma esse mesmo dispositivo lógico de denegação e exclusão atua de modo transversal entre o empreendimento racista do colonialismo e o especismo. Partindo da discussão sobre a vida nua e a lógica de exclusão inclusiva em Agamben, mas passando pelos contrapontos fundamentais de Gregory Bateson e Brian Massumi, Fausto desenvolve paralelos entre o

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



jardim zoológico, o campo de concentração e o navio negreiro, entrecruzando histórias de chimpanzés, gorilas, primatólogas, povos africanos e indígenas e evidenciando que “não haveria, assim, como pensar” a política dos homens “sem passar pela indistinção entre uma série de viventes — animais, negros, deficientes, selvagens e mulheres” (Fausto, 2020, p. 147).

Nesse ponto, os primatas aparecem como personagens que suscitam no leitor tanto a discussão acerca do ponto de vista, do gênero e das circunstâncias na ciência (como, por exemplo, quando se leva em conta a diferença de abordagem entre um primatólogo estudando animais enjaulados e uma primatóloga, como Dian Fossey ou Jane Goodall, observando primatas livres), quanto a questão sobre como práticas coloniais e neocoloniais de captura, exploração e escravidão de corpos estavam interligadas às fantasias pseudocientíficas em torno da ideia de “elo perdido” — como se primatas e “primitivos” servissem de daguerreótipos do passado da “civilização”, negativos encarnados nos corpos de pessoas colonizadas. Como diz Haraway, citada por Fausto, a respeito das mulheres indígenas usadas nas estações de pesquisas primatológicas europeias e norte-americanas pré-Segunda Guerra como espécies de “enfermeiras” de primatas: “[...] os corpos marcados por raça, sexo e espécie deleitavam os empreendimentos coloniais tropicais que uniam negro, mulher e animal em fantasia e em trabalho social forçado” (Haraway apud Fausto, 2020, p. 146).

O momento em que Fausto explicita a oposição entre Haraway e Derrida a respeito do sofrimento animal é decisivo para o argumento todo do livro a favor de uma política animal para além do cercado da ética: não que o sofrimento dos animais não seja importante à autora, dado que o livro, até aqui, é prova da preocupação de Fausto frente aos animais, mas, pergunta a autora, seriam o *páthos*, a dor, a reação e a impotência as únicas vias de acesso à questão dos animais? Haraway levanta a hipótese de que Derrida, em *Animal que logo sou*, só tenha ido até a questão do sofrimento diante do olhar de sua gata a seu corpo nu porque não se engajou com aqueles que, de fato, estão em contato mais ativo com a *ação* e a *resposta* dos animais: “etólogos e cientistas de comportamento animal — aos quais seria possível ainda acrescentar criadores, guardas de parques, nativos de regiões coabitadas por humanos e animais e uma dezena de outros” (Fausto, 2020, p. 147).

O movimento argumentativo é parecido com aquele de Espinosa, quando, ao invés de construir uma ética da passividade humana, levanta a questão sobre o que *pode* um corpo para, daí, extrair aquilo que Deleuze (2002, p. 130) categorizou como uma verdadeira etologia, enquanto “estudo das relações de velocidade e de lentidão, dos poderes de afetar e de ser afetado que caracterizam uma coisa”: se a reação e o sofrimento mantêm o animal cativo de uma passividade “em terceira pessoa”, passividade que põe já de início o animal extra-humano em uma posição de tutela irracional frente aos humanos

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

“civilizados” e “morais”, colocar a questão em termos de resposta e ação é repor os animais à dinâmica dialógica entre primeira e segunda pessoa, sujeitos em conversação e troca, tornando possível recolocar a discussão da ética a partir das práticas específicas dos diferentes povos animais, humanos e extra-humanos, sem a moralização autoritária e colonial de um povo humano sobre todo o restante dos viventes. É o que mostra a brincadeira entre dois macacos vislumbrada por Bateson no zoológico: para além da passividade da pantera de um famoso poema de Rilke, notamos, mesmo entre jaulas, a possibilidade de criação “supernormal” de variações, “louca proliferação de formas”, substrato da produção de diferença e de vida. De súbito, a questão se desloca: não se trata mais de se perguntar se “este animal sofre”, mas “do que pode um corpo animal”, de que ele é capaz, como ele presta contas de suas práticas, de que forma ele se responsabiliza e responde pelos seus e diante de outros e de que maneira ele se agencia com outros viventes.

Experimentais, o terceiro capítulo do livro, é subdividido em duas partes, a primeira sendo referente à arte e literatura, e a segunda, à ciência — isso porque ambas são também políticas, como as menções de Fausto à ideia deleuze-guattariana de criação como ato de agenciamento político deixa transparecer: “não há obra de arte que não faça apelo a um povo que não existe ainda” (Deleuze apud Fausto, 2020, p. 200). Seguindo essa ideia de que criar arte e ciência é participar do e invocar o devir-minoritário de um povo, podemos vislumbrar neste capítulo o entrecruzamento de histórias ficcionais e factuais, passando pelo Pedro Vermelho de Kafka, pela pantera de Rilke, por Consul e Nikkie, pelo jaguar de Hughes, por Sultão, Hans e o OncoRato™, cruzando sempre histórias menores, de singularidades no mais das vezes anômalas e em busca de uma “saída”, representantes dos povos denegados pela maquinaria dualista e opressora do poder senhorial, padrão, branco, masculino e humano — a mesma maquinaria que, em Descartes, é mobilizada para realizar abissalmente “a separação que Lévi-Strauss descreveu tão bem como fundante do humanismo” (p. 232) entre os humanos portadores de uma alma totalmente desencarnada e as bestas-máquinas, corpos animais regidos por leis mecânicas imutáveis que nada pensam, nada sentem e sobre os quais, portanto, podem ser feitos os mais monstruosos experimentos sem responsabilidade junto a eles.

Contar histórias ganha, aqui, a função de fabulação, e fabular implica “criar memórias e monstros” (Fausto, 2020, p. 202), ou seja, fazer alianças e parentescos estranhos (*oddkin*). Da mesma forma, experimentar com arte e com ciência em um livro de filosofia sobre política animal nada mais é do que constituir alianças transversais, onde os campos específicos (ciência, arte, filosofia etc.) surgem como nada mais que resultados de um agenciamento interespecífico e transdisciplinar. Também é lembrar que, ao contar uma história, é sempre um povo, uma multidão, uma matilha que fala, e não um autor — mesmo quando contando em primeira pessoa —, como no assobio da rata Josefina, de

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

um conto de Kafka: “todos nós assobiamos” (Kafka apud Fausto, 2020, p. 204). Assim, mesmo que a contação de histórias não mude “nada”, seu processo de refração perspectiva e de exercício poético de construção de um mundo possível em conjunto já valem tudo: afinal, a fabulação é, como diz Fausto, um artefato que “contamina, penetra a existência de outros seres, opera eventos cósmicos virtuais e atuais”, expressando “a força de ‘não ficar sentada, calada’” (p. 224). Contar histórias, assim, é fazer devir-com (*becoming-with*), criar mundos em conjunto com outros — *inclusive nas ciências*, na medida em que sujeito e objeto, humano e animal, são uma questão, no fundo, de devir cruzado, duplo: “a ciência [...] não teria por objetivo descobrir o mundo ou descrever a realidade tal como ela é, [...] mas criar e produzir realidades e mundos — mundos concretos que envolvem a articulação de corpos” (p. 255).

Os tipos de histórias contadas acompanham a atmosfera vivida em dado momento e ajudam no “esforço de continuidade de produção e manutenção de conexões em um mundo cada vez mais danificado” (Fausto, 2020, p. 303). É dessa forma que *Desaparecidos*, penúltimo capítulo do livro, começa com a história do surgimento de Brasília, capital do Brasil, sobre o suor dos “candangos” — tanto dos trabalhadores braçais de regiões pobres do país que levantaram a cidade do zero sob a batuta do desenvolvimentismo industrial tardio do presidente Juscelino Kubitschek, quanto dos ratos-candango (*Juscelinomys candango*) encontrados na construção da cidade. Os primeiros sofreram com as péssimas condições de trabalho e parte deles foi vítima de uma ação policial que resultou em um massacre, ao passo que os últimos foram declarados extintos por conta do estresse ecológico sofrido pela espécie com a construção da cidade. Brasília, a capital do país mais extenso da América Latina, irrompe desde o início na condição de cidade fantasma.

As histórias dos filmes de terror da época do surgimento de Brasília eram histórias de monstros gigantes e mutantes, filhos da radiação nuclear que ameaçava o globo a cada faísca de animosidade entre as duas grandes potências econômicas da época, os Estados Unidos e a União Soviética. Fausto conta que Geraldo, um dos trabalhadores candangos, assistia um filme de formigas gigantes quando teve sua sessão interrompida pelo massacre de seus colegas, vendo “aquilo que os frequentadores norte-americanos de cinema tanto temiam”, isto é, ser vítimas das consequências nefastas da radiação nuclear, sendo “encenado no corpo de cada um desses operários” (Fausto, 2020, p. 276). De fato, aqueles que assistiam o filme nos assentos confortáveis de uma sala de cinema norte-americana e aqueles que, como Geraldo, assistiam a um filme de forma improvisada em meio a um massacre em Brasília são públicos diferentes, mas o que chama a atenção é como os monstros representados nos filmes ressoam entre povos tão distintos e sob circunstâncias tão equívocas. Isso só aponta para a necessidade de se falar honestamente a partir de uma situação, uma localidade ou uma perspectiva, atribuindo ou assumindo responsabilidade pelas catástrofes (do massacre ao cataclisma global) e “nomeando suas agências” (p. 301).

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



Hoje, aponta Fausto (2020, p. 290-99), vivemos outros tipos de histórias: contos de zumbis e de epidemias, onde se retratam mundos pós-apocalípticos sem animais, no qual os vivos, sempre humanos, têm de recorrer a produtos enlatados e sem rosto para sobreviver, enquanto os mortos, também humanos, se tornam canibais. Em um momento em que vivemos simultaneamente, e de forma emaranhada, a emergência climática e uma pandemia desenfreada, títulos como *Banquete de zumbis* (*Dead Meat*, 1985) e *Quarentena* (*Isolation*, 2005) explicitam um vínculo crucial entre a exploração animal, a industrialização descontrolada, a desumanização e a catástrofe planetária, e, como faziam os filmes de monstros gigantes na Guerra Fria, mobilizam os medos e anseios de seus espectadores, normalmente cidadãos do mundo “civilizado”, diante de um fim de mundo tornado, agora, iminente para eles. “O que o imaginário da epidemia zumbi cria é uma reversão da relação da chamada civilização com outros povos, sub-humanos e não humanos. Estamos ‘nós’, os humanos, histéricos diante da possibilidade do ‘nosso evento de extinção’ [...]. Somos nós os zumbis” (Fausto, 2020, p. 298-9) — passagem que não deixa de suscitar a frase dita pelo ativista indígena Ailton Krenak quando das vésperas da eleição do candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, à Presidência da República brasileira: “Já passamos por tanta ofensa que mais essa não nos vai deixar fora do sério. Fico preocupado é se os brancos vão resistir. Nós estamos resistindo há 500 anos” (2018).

Brasília, com sua arquitetura modernista, sua falta de árvores e seus grandes espaços vazios, é retrato desse duplo desaparecimento, humano e extra-humano — e de tantos outros desaparecimentos que, ano a ano, são legitimados pelo Estado brasileiro. Fausto evidencia como a sanha do “progresso”, causa da construção de Brasília e da corrida armamentista da Guerra Fria, é a mesma que nos relegou a emergência climática e a Sexta Grande Extinção, dois dos principais fenômenos do que ficou conhecido, de uns tempos pra cá, como Antropoceno, fenômeno de impacto sistêmico global sobre a dinâmica climático-geológica do planeta cujo nome aponta para a conexão entre o modo de vida de certos povos humanos (a civilização industrial euro-americana moderna, em especial) e a devastação planetária.

Cada desaparecimento, cada massacre e cada extinção são desaparecimentos de um mundo possível. Como diz Vinciane Despret, citada por Fausto: “o mundo morre com cada ausência; o mundo se rompe com cada ausência [...]. Quando um ser não existe mais, o mundo se estreita de repente, e uma parte da realidade colapsa” (Despret apud Fausto, 2020, p. 283). A perda de espécies inteiras, como os ratos-candango ou os pombos-passageiros não é uma perda *para a humanidade*, mas uma perda *para o mundo*, pois implica estreiteza e impotência de mundo, no sentido espinosano de potência — um mundo mais impotente é um mundo que pode agir menos, afetar menos e ser menos afetado, um mundo em que menos espécies e povos podem ser e agir e, por isso, um

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



mundo mais triste, mais vazio, ontologicamente mais pobre, algo que o famigerado conceito heideggeriano de “pobreza de mundo” voluntariamente ignora:

Heidegger escreveu que “o salto do animal vivente ao homem falante é tão grande, ou até maior, que o da pedra sem vida ao ser vivo”. No Antropoceno, essa afirmação perde seu caráter supostamente descritivo e aparece como uma tarefa que o configurador de mundos tomou para si: aproximar cada vez mais os animais das pedras, transformando-os em fósseis. A clareira do ser, isto é, o deserto (Fausto, 2020, p. 284-5).

“A clareira do ser, isto é, o deserto” — se a angústia e o “acontecimento apropriativo” (*Ereignis*) podiam ser considerados limites da política intrahumana em Heidegger (no primeiro caso, substituindo a política do “falatório” pela ética da propriedade e do cuidado, e no segundo, com a viragem poética dando fim à “História do Ser”), seu correlato cosmopolítico, o deserto de soja e gado que avança sobre os últimos rincões de biodiversidade do planeta, pode ser também pensado como limite da cosmopolítica animal — e, portanto, da própria política em geral — através da categoria da extinção: “Então, o que é política? [...] não é a barragem de fluxos; não é a uniformização do planeta; não é, definitivamente, a provocação do desaparecimento em massa de outros povos e espécies. A extinção é o seu aniquilamento” (Fausto, 2020, p. 318).

Assim, a barreira de excepcionalidade onto-antropológica do Homem (europeu e branco), carregando consigo o fim da vida em sua diferença extra-antrópica na “pura violência *do lógos*” (Fausto, 2020, p. 322), nada mais é que o fim da política mesma. É assim que, em *Outsiders*, Fausto inicia o fim de seu livro: “[...] quando age segundo a crença de que faz parte de uma raça eleita, quando ergue a cidadela da exceção ontológica, recusando aos outros suas vozes e agenciamentos e comportando-se como administrador do planeta, o que o homem faz é matar a política” (p. 321). Ao invés da utopia da *politeia*, a autora mostra como a política se faz de fato em relações emaranhadas, complexas e multiespecíficas, sem um destino final e em meio a um mundo precário; trata-se, no fim, de uma cosmopolítica que toma a animalidade como ponto de entrada “pelo meio” a fim de apontar para uma espécie de “anarquia ontológica”, termo sugerido por Eduardo Viveiros de Castro a partir de Hakim Bey e que implica que “o único sentido político viável de ontologia para os nossos tempos demanda que aceitemos a alteridade e a equivocação como ‘insumsumíveis’ por qualquer ponto de vista transcendente” (Viveiros de Castro, 2015, p. 9). Nesse sentido, a metáfora de guerra schmittiana, guerra simétrica em que os lados têm paridade de força, é inadequada, sobretudo quando a guerra do Antropoceno não é feita *com* os animais, mas apenas *contra* eles; melhor seria falar em resistências sem ideais inocentes e transcendentais, táticas de guerrilhas localizada e pontual, alianças estratégicas entre simbioses transespecíficas, cuidado mútuo

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais

Maurício Fernando Pitta



tentacular e construção conjunta de mundos e parentescos estranhos, estrangeiros, alienígenas com relação à própria espécie — como a vida, que se constitui e se prolifera no mais das vezes por bricolagens simbióticas e contágios multiespecíficos.

Já de início, o livro abre com a história composta, complexa e politicamente emaranhada dos humanos Juliana e Marco Antonio junto com seus três gatos companheiros, Bruxo, Nausicaa e Batatinha, demonstrando que seria impossível que este livro viesse à tona como ele de fato veio sem a intervenção dos companheiros felinos e sem toda a política, doméstica e pública, que levou os habitantes deste mesmo domicílio a este arranjo habitacional e a estas alianças específicas. Fausto não tem medo de falar em primeira pessoa, indicando que a evasiva acadêmica do discurso impessoal, além de uma forma preguiçosa de esconder a implicação do autor na obra, também parte de uma falsa preconcepção de assepsia científica cujas consequências, são muitas vezes nefastas, como na diferença entre o relato pessoal e o relato científico de Robert Hooke apontada pela autora (Fausto, 2020, p. 237-8) — “na História não entram ganidos ou espasmos caninos” (p. 238).

Falar em primeira pessoa não implica, portanto, dizer apenas a partir de si; pelo contrário, Fausto diz em conjunto com seus gatos companheiros, a chimpanzé Nikkie e os chimpanzés do zoológico vistos brincando por Bateson, o Rotpeter de Kafka, Consul e Sultão, o OncoRato™ ciborgue, os calangos de Brasília, os cães Banana e Louie, do final de *Pet Sounds*, ou o cavalo Hans, que sabia adestrar seus humanos, além do mais vasto bestiário já visto em uma obra da filosofia desde, talvez, *Le silence des bêtes: La philosophie à l'épreuve de l'animalité*, de Élisabeth de Fontenay (1998). Falar em primeira pessoa, aqui, é afirmar que se fala *de algum lugar*, que se fala a partir de uma perspectiva não isolada e implicada com outras perspectivas também parciais, sem a postura dogmática e judicial de quem vem com uma solução pronta, e sim com a posição de alguém que sabe que filosofar com animais (isto é, filosofar propriamente dito) é sempre estar já no problema (*to stay in the trouble*), habitando nele, como alude o título do livro *Staying with the trouble*, de Haraway (2016), referência central para Fausto. Falar em primeira pessoa, aqui, é uivar com a matilha.

Fausto me inspira, como filósofo, a ordenar a minha própria tese de doutoramento, ainda em andamento, também a partir de uma espécie companheira: o gato Orfeu, meu colega de quarto, batizado a partir do mito do poeta que domestica animais, é aquele que, com sua pesquisa ornitológica pelas janelas teladas e seu “piscar de olhos cheio de paciência, de serenidade e de perdão recíproco”, como dizia Claude Lévi-Strauss ao final de *Tristes trópicos* (1996, p. 392), me mostra que é possível filosofar para além das presunções humanas. Neste momento, o felino olha para uma parede em branco de um apartamento já sem móveis, por conta de uma das muitas mudanças de residência de um professor universitário em começo de carreira no Brasil; não sei se ele vê presas

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



perambulando pelo teto, efeitos da luz do sol refratando na janela fosca ou espectros euridiceanos que apontam para um domínio de compreensão outro que o dos limites de meus sentidos. Talvez saudades da mãe ou dos irmãos filhotes que ele ajudou a nascer. Fazer filosofia com e a partir dos gatos e dos cães, dos chimpanzés e dos ratos, é fazer também política para além da pobre *pólis* dos humanos cidadãos, como nos ensina Fausto. Que este livro possa fazer latir e miar outros livros com ele!

Bibliografía

- Ailton Krenak (2018). Somos índios, resistimos há 500 anos. Fico preocupado é se os brancos vão resistir. Expresso. Recuperado de <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir>.
- Deleuze, G. (2002). Espinosa: Filosofia prática. Trad. D. Lins e F.P. Lins. São Paulo: Escuta.
- Derrida, J. (1982). Différance. Em J. Derrida. Margins of Philosophy. Trad. A. Bass. Chicago: The University of Chicago Press.
- Fausto, J. (2020). A cosmopolítica dos animais. São Paulo: n-1 Edições; Hedra, 346 pp.
- Fontenay, E. (1998). Le silence des bêtes: La philosophie à l'épreuve de l'animalité. Paris: Fayard.
- Haraway, D. (2016). Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene. Durham e Londres: Duke University Press.
- Lévi-Strauss, C. (1996). Tristes trópicos. Trad. R.F. d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras.
- Margulis, L. e Sagan, D. (2000). What is life? Los Angeles: University of California Press.
- Viveiros de Castro, E. (2018). Rosa e Clarice, a fera e o fora. Revista Letras, 98, 9-30. doi: 10.5380/rel.v98i0.65767
- Viveiros de Castro, E. (2015). Who is Afraid of the Ontological Wolf? Some Comments on an Ongoing Anthropological Debate. The Cambridge Journal of Anthropology, 33(1), 2-17. doi: 10.3167/ca.2015.330102

“Que este livro possa latir!”: a cosmopolítica dos animais e a arte de filosofar com histórias (dos) animais
Maurício Fernando Pitta



REVISTA LATINOAMERICANA DE
Estudios Críticos Animales

MAURÍCIO FERNANDO PITTA

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre e Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desenvolve atualmente uma tese na qual efetua uma crítica à imunologia política de Peter Sloterdijk a partir do contraponto cosmopolítico antropofágico de cosmologias ameríndias e do multinaturalismo perspectivista de Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima. Tem publicado na Revista LECA e participado de eventos do Instituto LECA, buscando o entrecruzamento dos animalismos com o campo dos pluralismos ontológicos.